



MARIALVA

Sessão é encerrada após obstrução da pauta e falta de quórum para deliberação

15 de dezembro de 2025

Ariádiny Rinaldi

Data	Fonte	Crédito da Imagem
15 de dezembro de 2025	Assessoria de Imprensa da Câmara de Marialva	Ariádiny Rinaldi



MARIALVA

Data	Fonte	Crédito da Imagem
------	-------	-------------------

A sessão ordinária da Câmara Municipal de Marialva desta segunda-feira (15/12), foi encerrada antes da deliberação da Ordem do Dia em razão da obstrução da pauta e ausência de quórum mínimo para votação das matérias.

Antes do início da votação da Ordem do Dia, o vereador Toninho Raspa apresentou requerimento verbal solicitando, com fundamento no artigo 310, inciso V, do **Regimento Interno**, o adiamento da discussão do **Projeto de Lei Complementar nº 12/2025** (Organograma da Prefeitura) e **Projeto de Lei Complementar nº 13/2025** (Organograma da Autarquia Águas de Marialva), bem como do **Projeto de Lei Ordinária nº 43/2025 (PPA)** e do **Projeto de Lei Ordinária nº 44/2025 (LOA 2026)**, com a proposta de que as matérias fossem incluídas na pauta da sessão seguinte, prevista para o dia 22 de dezembro de 2025.

O presidente da Câmara informou que não colocaria o requerimento em votação, justificando que, conforme o artigo 267 do Regimento Interno, a retirada de projetos de pauta é prerrogativa do autor da proposição, no caso, o Poder Executivo.

Em seguida, o vereador Toninho Raspa manifestou-se em plenário, declarando sua retirada da sessão em protesto, alegando descumprimento do Regimento Interno e a necessidade de maior análise das matérias. Com base no artigo 343 do Regimento, o parlamentar anunciou sua saída do plenário e convidou os demais vereadores a acompanhá-lo. Também se retiraram do plenário os vereadores Paulinho, Marcos Fragal e Grazi Scaliente. Permaneceram no plenário, o presidente Rafael Poly, e os vereadores Nathalia Simmer, Fabinho e Sheila Gabarron.

A situação gerou divergência sobre a aplicação do Regimento Interno, principalmente entre o pedido de adiamento da discussão e votação (art. 310) e a retirada formal de projetos da pauta, que, conforme o art. 267, cabe ao autor da proposta.

Diante da saída dos parlamentares, a sessão foi suspensa por 15 minutos. Após o período de suspensão, os vereadores não retornaram ao plenário. O presidente, então, declarou a obstrução das matérias e, constatada a ausência de quórum mínimo para deliberação, encerrou a sessão ordinária.

EXTRAORDINÁRIA

Após o encerramento da sessão, o presidente emitiu ofício convocando os vereadores para a sessão extraordinária para quarta-feira (17/12) às 21h, conforme prevê o artigo 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal. A sessão extraordinária terá como pauta os mesmos projetos que constavam na Ordem do Dia da noite de hoje:

Constavam em pauta, para primeira discussão, projetos de autoria do Poder Executivo, entre eles o Projeto de Lei Ordinária nº 58/2025, que autoriza a desafetação de área pública municipal para a construção de unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida; o Projeto de Lei Ordinária nº 44/2025, que estima a receita e fixa a despesa da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026; e o Projeto de Lei Ordinária nº 43/2025, que institui o Plano Plurianual (PPA) do Município para o quadriênio de 2026 a 2029.

Também estavam previstas para análise emendas modificativas ao orçamento do Legislativo, incluindo proposta de realocação de cerca de R\$ 7,3 milhões do orçamento da Câmara Municipal, acompanhada de subemenda que ajusta a distribuição interna dos cortes, além de emenda apresentada pelo vereador Rafael Poly, que propõe o remanejamento de aproximadamente R\$ 405 mil para reforço da área da saúde.

Ainda integravam a pauta as emendas impositivas individuais dos vereadores, no valor de R\$ 366,2 mil por parlamentar, projetos de lei complementar que tratam da estrutura administrativa do Poder Executivo e da reestruturação do quadro de pessoal da Autarquia Águas de Marialva, bem como projeto de autoria do vereador Rafael Poly que institui medidas de transparência na manutenção da frota pública municipal.